

POPULAÇÃO RESIDENTE NO RURAL BRASILEIRO, 2010¹

Celma da Silva Lago Baptistella²

Carlos Eduardo Fredo³

Maria Carlota Meloni Vicente⁴

Silene Maria de Freitas⁵

1 - INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, o Brasil tornou-se um país urbano, ou seja, mais de 50% de sua população passou a residir nas cidades. A partir da década de 1950, o processo de urbanização no Brasil tornou-se cada vez mais acelerado. Isso se deveu, sobretudo, à intensificação do processo de industrialização brasileiro ocorrido a partir de 1956. Salienta-se que os processos de industrialização e de urbanização brasileiros estão intimamente ligados, pois as unidades fabris eram instaladas em locais onde houvesse infraestrutura, oferta de mão de obra e mercado consumidor. No momento em que os investimentos no setor agrícola, especialmente no setor cafeeiro, deixavam de ser rentáveis, além das dificuldades de importação ocasionadas pelas Primeira e Segunda Guerras Mundiais, aumentaram-se os investimentos no setor industrial (MIRANDA, 2006).

A migração rural-urbana tem múltiplas causas, sendo uma das principais dela a da modernização técnica do setor agropecuário, com a substituição do homem pela máquina, e a estrutura fundiária concentradora, resultando numa carência de terras para a maioria dos trabalhadores rurais. Ocorreram, também, alterações na composição da produção agrícola, com maior intensidade a partir dos anos 1970, com a expansão de algumas atividades, notadamente aquelas que fornecem matéria-prima para produtos industrializados e/ou exportáveis (cana-de-açúcar,

soja, laranja, café, dentre outras). A substituição do trabalho humano pelos insumos agrícolas, principalmente, nas operações de preparo de solo, plantio e tratos culturais fizeram com que a demanda por trabalhadores aumentasse na época de colheita, em particular nas culturas nas quais o emprego de máquina possa danificar o fruto, em sua aparência, ocasionando perda do valor de mercado. Os reflexos de tais fatos estão sendo observados há décadas na população residente da zona rural.

A maior demanda por mão de obra em algumas épocas do ano fez com que fossem mantidas nas propriedades, apenas, as famílias necessárias à realização de parte do processo produtivo, sendo o restante arrematado fora da propriedade, sempre que necessário (MIRANDA, 2006; VICENTE et al., 1988)

O objetivo desta pesquisa é analisar aspectos da população residente no rural brasileiro, apresentando as informações por sexo e idade e as principais atividades agropecuárias desenvolvidas nos estados em 2010. Espera-se, assim, elencar alguns aspectos socioeconômicos peculiares à zona rural com algumas discussões que possam subsidiar pesquisas voltadas a essa problemática, bem como contribuir em programas governamentais dirigidos à melhoria dessa parcela da população.

2 - MATERIAL E MÉTODO

Os dados da população rural⁶ e a produção agropecuária brasileira foram obtidos por meio do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de

¹Registrado no CCTC, IE-18/2013.

²Socióloga, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: celma@iea.sp.gov.br).

³Engenheiro da Computação, Mestre, Pesquisador Científico do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: cfredo@iea.sp.gov.br).

⁴Engenheira Agrônoma, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: carlota@iea.sp.gov.br).

⁵Socióloga, Mestre, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: silene@iea.sp.gov.br).

⁶A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais) às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural (IBGE, 2011b).

Geografia e Estatística (IBGE, 2011a). Devido à sua própria natureza, os dados censitários são efetuados com menor periodicidade; todavia, o censo é a única fonte de informação que abrange todo território empregando a mesma metodologia, levantando as mesmas questões e sofrendo os mesmos cuidados estatísticos. Isto possibilita realizar estudos comparativos entre os diferentes estados da federação.

3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

Com base no Censo Agropecuário do IBGE, a população brasileira totalizava, em 2010, 190,7 milhões de pessoas. Deste total, 29,8 milhões de pessoas residiam no setor rural (15,6%). No Brasil, a região Nordeste detinha 47,8% do total de sua população residindo no setor rural (14,2 milhões de pessoas), seguido pelo Sudeste com 19,0% (5,6 milhões de pessoas). As regiões Norte e Sul participaram com 14,1% e 13,8% (cerca de 4 milhões de pessoas), respectivamente. A região Centro-Oeste possuía apenas 5,3% do total de sua população residindo no campo (1,6 milhão) (Tabela 1).

Em maior ou em menor quantidade, a presença de pessoas residindo no rural está presente nas diferentes regiões do Brasil, seja na condição de pequeno produtor ou empresário capitalista do agronegócio, ou mesmo empregado permanente ou temporário, e diferenciando-se no econômico, estes são responsáveis pelo incremento da agricultura nacional.

No presente estudo serão apresentadas as principais atividades agropecuárias desenvolvidas em cada região na produção de alimentos (origem animal e vegetal), bem como atividades extrativistas, em que, por pressuposto, parcelas significativas dos indivíduos residentes no campo devem ter participado dessas atividades no decorrer de 2010.

O setor agropecuário da região Sudeste possui uma dinâmica ímpar na composição de suas atividades. Por não haver mais fronteira agrícola a ocupar, observa-se um aprofundamento no sentido de especializações regionais, seja na mudança tecnológica, seja pelo maior aproveitamento das vantagens locacionais. Assim, qualquer expansão de área de atividades agrícolas que não ocorra por uso mais intensivo da terra

será feita por substituição de outras atividades.

Na extração vegetal, a silvicultura é importante em São Paulo e em Minas Gerais para a produção de madeira e de resina. Minas Gerais também se destaca na produção da folha de eucalipto, de pequi (amêndoa) e de outras fibras. O Estado do Espírito Santo, além da madeira, possui importante produção de palmito. A atividade pecuária, por suas próprias características quanto aos cuidados diários, necessita de trabalhadores permanentes, ocupando, porém, um número pequeno de trabalhadores. No Estado de São Paulo destacaram-se as produções de aves, bovinos, mel e suínos. Nos outros estados da região há maior diversidade de plantel, além dos já mencionados, como codornas, equinos, ovinos, caprinos, muares, coelhos, bubalinos e asininos. Somente em Minas Gerais ovinos para tosquia participam da pauta desta atividade.

Lavouras permanentes e temporárias, nesta região, desenvolvem-se com acréscimos na produtividade agrícola, proporcionada pelo avanço e adoção tecnológica. A diversidade de culturas é comum nos cinco estados. As culturas permanentes mais encontradas são citros, em que se destacam a laranja, café, banana, manga, mamão, maracujá, goiaba, uva, borracha, caqui e abacate. As culturas semipermanentes e temporárias são cana, milho, mandioca, tomate, soja, batata-inglesa, feijão, abacaxi, cebola, alho, sorgo, algodão. Os cultivos voltados para os segmentos industriais são geralmente produzidos por unidades empresariais (com áreas próprias ou áreas arrendadas) que estruturalmente empregam mais pessoas contratadas formalmente - ou informalmente, no caso dos trabalhadores volantes, muito comuns na época de colheita. No entanto, são desenvolvidas várias atividades agrícolas que têm viabilizado a unidade familiar por garantir estabilidade financeira, pois podem ser comercializados tanto para o setor industrial, como para o comércio varejista. Exemplos interessantes de cultivo são a mandioca, a banana e a borracha, que produzem o ano todo possibilitando renda mensal ao produtor.

O Estado de Minas Gerais é o que possuía, em 2010, o maior contingente residindo no setor rural com 2.882,3 mil pessoas, sendo que, deste total, 46,8% eram mulheres e 720,8 mil eram crianças com menos de 14 anos. O segundo Estado foi São Paulo, com 1.675,4 mil pes-

TABELA 1 - População Rural Residente por Região, Sexo e Idade, Brasil 2010

(continua)

Sudeste	População total	População rural	%	Homem de 0 a 14 anos	Homem de 15 a 59 anos	Homem 60 anos ou mais
São Paulo	41.262.198	1.675.428	4,1	200.050	603.396	106.892
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				189.854	488.176	87.060
Rio de Janeiro	15.989.929	525.905	3,3	65.620	173.484	32.323
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				61.833	162.831	29.814
Minas Gerais	19.597.330	2.882.353	14,7	371.207	960.271	201.555
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				349.600	825.135	174.585
Espírito Santo	3.514.953	583.383	16,6	73.051	202.238	33.258
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				68.138	175.896	30.802
Sul	População total	População rural	%	Homem de 0 a 14 anos	Homem de 15 a 59 anos	Homem 60 anos ou mais
Rio Grande do Sul	10.693.930	1.593.087	14,9	165.314	532.446	135.967
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				156.123	468.231	135.006
Santa Catarina	6.248.436	1.000.532	16,0	117.943	340.084	63.784
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				111.125	304.561	63.035
Paraná	10.444.526	1.531.286	14,7	193.839	510.567	100.306
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				181.480	458.166	86.928
Centro-Oeste	População total	População rural	%	Homem de 0 a 14 anos	Homem de 15 a 59 anos	Homem 60 anos ou mais
Mato Grosso do Sul	2.449.024	351.787	14,4	52.928	117.472	20.036
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				50.043	98.540	12.768
Mato Grosso	3.035.122	552.066	18,2	81.186	193.690	30.765
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				73.415	153.789	19.221
Goiás	6.003.788	582.786	9,7	74.029	200.260	42.911
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				68.083	169.360	28.143
Distrito Federal	2.570.160	88.886	3,5	12.065	33.544	3.210
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
				11.740	25.418	2.909

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados básicos do IBGE (2011a).

TABELA 1 - População Rural Residente por Região, Sexo e Idade, Brasil 2010

(conclusão)

Norte	População total	População rural	%	Homem de 0 a 14 anos	Homem de 15 a 59 anos	Homem 60 anos ou mais
Amazonas	3.483.985	728.788	20,9	155.400	212.217	24.102
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Pará	7.581.051	2.387.414	31,5	146.630	172.894	17.545
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Roraima	450.477	104.587	23,2	444.109	750.176	88.865
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Acre	733.559	201.281	27,4	417.671	619.525	67.068
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Amapá	669.528	68.513	10,2	60.287	143.387	20.596
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Tocantins	1.383.444	293.319	21,2	55.072	118.242	13.901
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Nordeste	6.574.788	2.425.699	36,9	42.481	59.465	6.992
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Maranhão	3.118.359	1.067.286	34,2	39.400	48.482	4.461
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Piauí	8.452.382	2.106.347	24,9	22.168	31.416	3.761
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Ceará	3.168.027	702.985	22,2	20.617	24.151	2.474
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Rio Grande do Norte	3.766.528	927.536	24,6	14.748	20.152	2.454
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Paraíba	8.796.450	1.744.408	19,8	13.555	16.029	1.575
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Pernambuco	3.120.495	822.686	26,4	47.120	96.222	18.604
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Alagoas	2.068.016	547.434	26,5	43.063	76.099	12.211
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Sergipe	14.016.908	3.913.883	27,9	431.640	724.784	108.328
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	408.949	657.618	94.380
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	160.400	332.840	61.839
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	150.847	302.919	58.441
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	310.136	650.090	128.386
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	293.465	602.915	121.355
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	101.373	223.373	40.774
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	95.512	202.667	39.286
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	129.945	286.137	58.299
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	124.543	268.782	59.830
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	267.846	535.789	92.524
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	256.165	499.840	92.244
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	137.632	242.512	37.974
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	85.291	168.671	27.014
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	82.319	157.817	26.322
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	571.353	1.233.716	232.232
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais
Bahia	14.016.908	3.913.883	27,9	542.307	1.109.362	224.913
				Mulher de 0 a 14 anos	Mulher de 15 a 59 anos	Mulher 60 anos ou mais

Fonte: Elaborada pelos autores a partir de dados básicos do IBGE (2011a).

soas, com 45,7% de mulheres e 389,9 mil crianças. Estes dois estados apresentaram número significativo de pessoas com mais de 60 anos residindo no rural e possivelmente trabalhando nele.

Com característica histórica peculiar de povoamento, a região Sul apresenta muitos indivíduos residindo no rural na terceira idade (585,0 mil pessoas), bem como crianças (925,8 mil pessoas). A participação feminina esteve acima de 47% em relação à população masculina nos três estados que compõem esta região.

A região Sul possui, características comuns com a região Sudeste, tais quais: não possuir novas fronteiras agrícolas a ocupar, existir boa malha viária e portos para escoar a produção, e empregar tecnologias modernas nas unidades produtivas.

A produção extrativista da região Sul está focada principalmente em madeira em tora, lenha e madeira para papel. Na pecuária os três estados detêm bom plantel de aves, bovinos, suínos, ovinos, mel, equinos, caprinos, coelhos, bubalinos. No Paraná, há significativa produção de bicho-da-seda e no Rio Grande do Sul a produção de ovinos para tosquia. Como mencionado, esta região emprega tecnologia de ponta em seus cultivos, principalmente, nas culturas temporárias que são compostas por cana, soja, milho, mandioca, trigo, feijão, batata-inglesa, fumo, melancia, aveia, cebola, arroz, tomate, dentre outras. Nas culturas permanentes, as frutíferas destacam-se, como laranja, banana, tangerina, uva, maçã, pêssago, caqui, limão, pera, etc. Muito cultivados regionalmente são a erva-mate e o café no Paraná, e em Santa Catarina, o palmito.

Convém mencionar que a pujança da agropecuária e o sistema de cooperativismo estão intimamente relacionados nesta região do país. As cooperativas no Paraná, por exemplo, são de aproximadamente 240 unidades, com cerca de 900 mil cooperados. Se contabilizados os empregos diretos e indiretos, praticamente um em cada quatro paranaenses depende do cooperativismo. O oeste paranaense se destaca nesse cenário, por conta da capacidade de organização e produção de pequenos proprietários (90% das 34 mil propriedades têm menos de 50 hectares). São diversas as cooperativas que atuam na região, principalmente na produção de grãos que

servem como insumo para a produção de proteína animal (especialmente avicultura, bovinocultura de leite e suinocultura). As tecnologias e as máquinas são grandes responsáveis pelos crescentes índices de produtividade, mas a preservação e o cuidado ambiental também têm contribuído para os bons resultados no campo. A Itaipu desenvolve na região, desde 2003, uma das mais abrangentes iniciativas socioambientais do País, o programa Cultivando Água Boa. Com diversas medidas coletivas e individuais (dentro das propriedades), a região vem corrigindo passivos ambientais em cerca de 200 microbacias hidrográficas em 29 municípios localizados no triângulo Cascavel-Guaíra-Foz do Iguaçu (AGROLINK, 2013).

Em parceria com os governos federal, estadual e municipal, o programa promove modos sustentáveis de produção no campo, por meio de práticas como o terraceamento, plantio direto, agricultura orgânica, recuperação de nascentes e matas ciliares, readequação de estradas rurais, implantação de abastecedores comunitários, adoção de alimentos orgânicos nas escolas públicas, entre outras. Outra iniciativa de destaque está no aproveitamento de dejetos da agropecuária como fonte renovável de produção de energia elétrica, térmica e veicular. O biogás resultante da decomposição desses dejetos é utilizado como combustível em diversas unidades de demonstração estabelecidas pela Itaipu e seus parceiros no oeste paranaense. O projeto contempla desde grandes unidades industriais de cooperativas a pequenos produtores familiares associados em regime de condomínio, comprovando a viabilidade técnica e econômica do aproveitamento do biogás em diversas escalas (AGROLINK, 2013).

A região Norte possui 4.195,3 mil pessoas residindo no rural, número muito semelhante à região Sul. Contudo, dada a vasta área a ser ocupada e o número de estados que a compõem, há muita possibilidade de ocupação para se trabalhar e tirar o sustento de muitas famílias. Somente o Estado do Pará, em 2010, possuía 49,8% (2.387,4 mil pessoas) do total da população rural da região Norte, seguido pelo Estado do Amazonas com 17,4% (728,7 mil pessoas). Nesses estados o número de indivíduos com menos de 14 anos é significativo (1.522,3 mil pessoas). Exceto o Estado do Amapá, cuja população rural

é de apenas 10,2% do total, todos os outros seis estados possuem acima de 20% de sua população residindo no setor rural.

Atividade importante para a região Norte, e que a diferencia das outras regiões tanto na ocupação de mão de obra quanto no valor da produção, é o extrativismo. Há uma vasta lista de produtos comercializados. Todavia, os que apresentaram maiores quantidades e maior frequência nos estados que compõem a região foram madeira em tora, lenha, carvão vegetal, castanha-do-pará, açaí (fruto), borracha (látex), madeira (papel e celulose), piaçava, babaçu (amêndoa), tucum (amêndoa), umbu (fruto), copaíba (óleo), palmito e pequi (amêndoa). A atividade da pecuária também se destacou com bovinos, aves, suínos, bubalinos, equinos, ovinos, muares, caprinos, asininos. Muitas culturas desenvolvidas pela população residente são para o próprio consumo e para serem comercializadas na região, como banana, laranja, limão, mamão, maracujá (lavouras permanentes), e mandioca, cana, milho, melancia, feijão, batata-doce (lavouras temporárias).

No entanto, as atividades de café, guaraná (semente), dendê (cacho de côco), cacau (amêndoa), pimenta-do-reino, urucum (semente), borracha (látex) pertencentes às lavouras permanentes e arroz, soja, algodão, tomate, malva (fibra) das lavouras temporárias possuem outros mercados.

A região brasileira com o maior número de pessoas residentes na zona rural é o Nordeste, com 14,2 milhões de habitantes. Os Estados do Maranhão e Piauí são os que detêm a maior participação percentual desses indivíduos no campo com 36,9% e 34,2%, respectivamente. A população feminina destacou-se nos Estados da Bahia (1.876,6 mil pessoas), do Maranhão (1.160,9 mil pessoas) e do Ceará (1.017,7 mil pessoas). Não obstante, Bahia e Maranhão foram os estados com maior número de crianças, somando 1.113,6 mil e 840,6 mil, respectivamente. Quanto ao número de idosos residindo no setor rural, Bahia detinha 457,1 mil pessoas e o Ceará 249,7 mil pessoas.

A extração vegetal é importante fonte de rendimento da população residente no campo, tais como lenha, madeira em tora, madeira destinada a papel e celulose, carvão vegetal, piaçava, umbu (fruto), castanha de caju, pequi (amêndoa),

carnaúba (pó e cera), babaçu (amêndoa), mangaba (fruto).

A exploração animal é muito difundida nas propriedades rurais sendo que as principais criações com foco na comercialização são aves e bovinos. Há unidades produtivas especializadas em ovinos e caprinos. Para a grande maioria das famílias residentes esses animais são como reserva de valor, ou seja, negociados quando necessário, pois os principais destinos estão no consumo próprio e uso no trabalho e no transporte, como por exemplo, a criação de equinos, muares e asininos.

No Nordeste, as lavouras permanentes com maiores volumes comercializados em 2010 foram coco-da-bahia, banana, laranja, mamão, manga, café, cacau (amêndoa), sisal ou agave (fibra), dendê (cacho de coco), uva, castanha de caju, goiaba, borracha (látex). As lavouras temporárias foram cana, mandioca, milho, feijão, arroz, batata-doce, fumo, tomate, melancia, soja, algodão, batata-inglesa, mamona (baga), abacaxi, sorgo, melão, cebola. Muitas dessas lavouras listadas são produzidas pela população residente nos imóveis rurais. Contudo, muitas delas têm por características serem desenvolvidas como monoculturas nas grandes propriedades empresariais que se formaram no final da década de 1990, aproveitando os incentivos governamentais para o desenvolvimento desta região, o clima favorável, o emprego da irrigação, boas condições de escoar a produção, dentre outros fatores. No entanto, esse fato ocorre em pequenos oásis produtivos, não podendo ser generalizado para a região como um todo.

O Centro-Oeste brasileiro é a região que detém o menor número de pessoas residindo nas unidades produtivas rurais. O total dos três estados, mais o Distrito Federal, soma 1.575,5 mil pessoas. O setor extrativista na região compõe-se de lenha, madeira em tora, carvão vegetal, resina, eucalipto (folha). As importantes lavouras permanentes são: goiaba, limão, laranja, maracujá, banana, palmito, café, erva-mate, borracha (látex). Contudo, a produção das lavouras temporárias e o diversificado plantel pecuário desenvolvido com alto nível tecnológico qualificam a região como um grande celeiro produtivo. É significativa a produção das culturas temporárias como milho, soja, cana, sorgo, feijão, tomate, batata-inglesa, algodão, mandioca, melancia, arroz, cebola, trigo.

Muito diversificada é a pecuária com aves (galos, frangos, frangas, pintos, galinhas, codornas), suínos, bovinos, equinos, ovinos (também para produção de lã), casulo do bicho-da-seda, caprinos, bubalinos, asininos, coelhos, muares. Em Goiás, a pecuária foi a base da economia até a agricultura chegar, há pouco mais de uma década. A lavoura de soja foi a opção para muitos pecuaristas que precisavam renovar as pastagens, mas a chegada de usinas de álcool vem mudando o cenário e disputando cada hectare. Investimento em irrigação está em alta nesta região com foco nas produções de soja, milho e feijão (REVISTA CANAVIEIROS, 2013).

Um dos principais gargalos da região está no escoamento da produção. Investimentos públicos e privados nesta área potencializarão ainda mais o perfil produtivo.

A região necessita de investimento semelhante ao que tem sido feito na região Sul do país, onde o governo estadual passou a oferecer apoio às prefeituras, colocando à disposição de consórcios regionais 30 conjuntos de máquinas com retroescavadeira, trator de esteira, pá-carregadeira, motoniveladoras e rolos compactadores para os municípios que possuem até 50 mil habitantes e estão distantes dos grandes centros urbanos que têm como destino a construção e reestruturação de estradas vicinais, vias usadas, sobretudo pelos agricultores familiares da região para comercializar produtos cultivados no campo e, assim, gerarem renda para a família. Além da estruturação das estradas, a máquina proporcionará outros benefícios aos moradores do campo, pois muitas das máquinas têm multiuso, podendo ser utilizada, também, para construir tanques de água com o intuito de ajudar a agricultura familiar nos tempos de seca (BRASIL, 2013a).

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as informações apresentadas, a população brasileira totalizava, em 2010, 190,7 milhões de pessoas, sendo 29,8 milhões residentes no setor rural (15,6%). A região Nordeste foi a mais representativa, com 47,8% do total de sua população residindo no setor rural (14,2 milhões de pessoas), seguida pelo Sudeste com 19,0% (5,6 milhões de pessoas). As regiões Norte e Sul participaram com

14,1% e 13,8% (cerca de 4 milhões de pessoas), respectivamente. Na região Centro-Oeste 5,3% do total de sua população residiam no campo (1,6 milhões).

Há que se salientar que as condições de vida no campo permanecem em nível mais baixo do que na cidade, de acordo com estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). A pesquisa revelou ainda que a vulnerabilidade das famílias brasileiras reduziu em 14%. Isso significa que uma parcela maior da população passou a ter acesso à escola, ao trabalho e a um aumento na renda. Os dados levam em consideração pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) entre 2003 e 2009. As zonas rurais das regiões Norte e Nordeste do país concentram o maior número de famílias em situação vulnerável. O fato da população residir no urbano, mesmo que seja na periferia ou em uma região pobre da cidade (como um assento subnormal ou uma favela, de acordo com o conceito do IBGE), já trazem segundo o IPEA (2012) ganhos de qualidade de vida para as pessoas, devido ao fato de estarem mais próximos da infraestrutura dos centros urbanos, tais como hospital e escola.

Realmente, são muito precárias as condições de vida das pessoas residentes nas regiões do Nordeste e do norte de Minas Gerais, por exemplo, afetadas pela seca. Mas, certamente, as populações rurais são mais penalizadas, com perdas significativas da produção agropecuária e falta de empregos.

Ações positivas estão sendo realizadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que têm atendido, aproximadamente, 105 mil famílias de agricultores em todo o país. Essas famílias participantes do Programa estão localizadas em 16 estados e podem comercializar sua produção por meio de contratos individuais ou de cooperativas. Existem, atualmente, 103 cooperativas de agricultores familiares aptas a participar do Programa e elas representam mais de dois terços das transações realizadas. Os três estados do Sul, juntos, reúnem mais da metade das famílias participantes, seguidos pela região Nordeste com quase 30 mil famílias. Atualmente, o Brasil tem 56 unidades operacionais autorizadas a produzir e comercializar biodiesel, das quais 41 possuem o Selo

Combustível Social - identificação concedida pelo MDA às empresas que compram matéria-prima da agricultura familiar. Juntas, essas unidades têm capacidade de produzir 5,4 bilhões de litros de biocombustível por ano, o que representa 79% da capacidade produtiva instalada no País (BRASIL, 2013b).

Por outro lado, um tema crítico para o agronegócio brasileiro está na infraestrutura precária, que provoca perda da competitividade do setor.

Da porteira para dentro, o agricultor e o pecuarista são muito produtivos. O problema vem da porteira para fora da propriedade rural porque a infraestrutura não vem conseguindo atender às exigências da produção nacional nem alcançar níveis mínimos de eficiência com custos razoáveis e agilidade (GOTTEMS, 2013).

Discussões sobre logística, embates a respeito dos portos e as divergências sobre novas ferrovias mostram que o Brasil está se preocupando com os gargalos que elevam os custos do escoamento da produção agrícola. Contudo, problemas primários como atoleiros em importantes Estados produtores como Mato Grosso, Paraná, Goiás e Minas Gerais fazem parte de uma amarga rotina, principalmente no início da época de colheita das culturas anuais que se realizam na época de verão.

À primeira vista caminhões atolados dão prejuízo apenas para as empresas transportadoras e para os donos das cargas. Mas a extensão desse drama vai além da esfera local. A ampliação dos custos e a demora no transporte tiram competitividade do Brasil nas exportações. A multa cobrada quando um navio demora a ser carregado acaba sendo repassada a produtores - na redução do preço - e consumidores, quando a logística eleva o custo dos alimentos. Além dos atoleiros, faltam redes de energia elétrica e comunicação nas regiões de expansão das lavouras, reparos nas rotas de asfalto mais utilizadas (GAZETA DO POVO, 2013).

Fatos que corroboram com o exposto foi a supersafra 2012/13, na qual os produtores brasileiros enfrentam problemas para armazenar e escoar a produção, em função da falta de estrutura (como silos para armazenagem) e de melhoria na logística acesso às rodovias e aos portos, bem como e despreparos dos portos para receberem a concentração de cargas. Segundo Fleury (2005), as condições precárias das rodovias, a baixa eficiência e falta de capacidade das ferrovias, a desorganização e excesso de burocracia dos portos, tiveram como resultado o aumento das filas de caminhões nos principais portos, longas esperas de navios para a atracação, o não cumprimento dos prazos de entrega ao exterior, tudo isto resultando no aumento dos custos e redução da competitividade dos produtos brasileiros no exterior.

Os esforços farão sentido se, com transporte menos problemático, os produtores conseguirem reduzir custos e melhorar sua renda; se os agricultores familiares conseguirem injetar mais recursos nas economias regionais; e se, por tabela, o acesso das comunidades rurais a outros benefícios, como as escolas, também for facilitado.

Finalmente, outra questão que merece atenção especial, pois prejudica em demasia o produtor, é a precária capacidade de armazenamento por parte do país e dos produtores e/ou cooperativas. À medida que a colheita da safra avança, o setor produtivo corre em busca de armazéns para estocar a produção. “Muitas vezes, os caminhões passam a ser os silos” (GAZETA DO POVO, 2013).

Embora a pesquisa realizada pelo IPEA tenha mostrado que, em seis anos, a qualidade de vida das famílias brasileiras aumentou, graças à criação de mais empregos e ao aumento da renda e que a melhoria foi impulsionada pelos programas sociais de redução da pobreza, questões referentes a saúde, educação e habitação, dentre outras, continuam sem solução satisfatória.

LITERATURA CITADA

AGROLINK. Dilma prestigia 25 anos do Show Rural Coopavel. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=176686>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Dilma e MDA entregam máquinas a 29 municípios do Paraná**. 2013a. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=176706>>. Acesso em: 04 fev. 2013.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Biodiesel movimentou R\$ 2 bilhões para agricultura familiar**. 2013b. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=178421>>. Acesso em: 28 mar. 2013.

FLEURY, P. F. **A infra-estrutura e os desafios logísticos das exportações brasileiras**, 2005. Disponível em <<http://www.cel.coppead.ufrj.br>>. Acesso em: 22 fev. 2007.

GAZETA DO POVO. Falta de carretas sobrecarrega silos em São Paulo. **Gazeta do Povo**, mar. 2013b. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=177663>>. Acesso em: 06 mar. 2013.

_____. O custo Brasil começa nos atoleiros. **Gazeta do Povo**, fev. 2013a. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=177335>>. Acesso em: 26 fev. 2013.

GOTTEMS, L. Infraestrutura precária prejudica agronegócio. **Agrolink**. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/NoticiaDetalhe.aspx?codNoticia=166876>>. Acesso em: 05 mar. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Banco de dados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=35>. Acesso em: 08 jan. 2013.

_____. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=sp>>. Acesso em: 22 jan. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Qualidade de vida no campo é inferior à registrada na cidade**. São Paulo: IPEA, 2012. Disponível em: <<http://agricultura.ruralbr.com.br/noticia/2012/01/qualidade-de-vida-no-campo-e-inferior-a-registrada-na-cidade-revela-estudo-3634386.html>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

MIRANDA, A. T. Urbanização do Brasil: Conseqüências e características das cidades. **Uol Notícias**, São Paulo, 30 jun. 2006. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/disciplinas/geografia/urbanizacao-do-brasil-consequencias-e-caracteristicas-das-cidades.htm>>. Acesso em: 26 mar. 2013.

REVISTA CANAVIEIROS. Plantações de cana e de grãos disputam espaço na região sul de Goiás. **Revista Canavieiros**, São Paulo. 2013. Disponível em: <<http://www.agrolink.com.br/noticias/ClippingDetalhe.aspx?CodNoticia=177171>>. Acesso em: 20 fev. 2013.

VICENTE, M. C. M. et al. População residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo: alguns indicadores sócio-econômicos, 1970-86. **Relatório de Pesquisa**, São Paulo, n. 18 26 p., 1988.

POPULAÇÃO RESIDENTE NO RURAL BRASILEIRO, 2010

RESUMO: O estudo tem por objetivo apresentar e analisar aspectos da população residente no rural brasileiro com foco em gênero e idade e nas principais atividades agropecuárias desenvolvidas nos estados em 2010. Os dados da população rural e a produção agropecuária brasileira foram obtidos por meio do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. No Brasil de 190,7 milhões de pessoas, 29,8 milhões residiam no setor rural. A região com maior representatividade de indivíduos no rural foi o Nordeste com 47,8%, seguido pelo Sudeste (19,0%), Norte (14,1%), Sul (13,8%) e Centro-

-Oeste (5,3%). A participação feminina ficou acima de 45% em todas as regiões. Nas regiões Norte e Nordeste havia, proporcionalmente, muitas crianças e no Sul destacam-se os indivíduos acima de 60 anos. Foram elencados aspectos socioeconômicos peculiares à zona rural com o intuito de subsidiar pesquisas voltadas a essa problemática, bem como contribuir em programas governamentais dirigidos à melhoria dessa parcela da população.

Palavras-chave: população residente rural, atividade agropecuária, censo demográfico.

RESIDENT POPULATION IN RURAL BRAZIL IN 2010

ABSTRACT: *The study aims to present and analyze aspects of the resident population in rural Brazil with a focus on gender and age, as well as main agricultural activities developed in the states in 2010. The data about the rural population and Brazilian agricultural production were obtained from the 2010 Brazilian Census Bureau, the IBGE. Out of a population of 190,7 million people, 29,8 million lived in rural areas. The region with the largest representation of individuals in the countryside was the Northeastern (47.8%), followed by the Southeastern (19.0), Northern (14.1), Southern (13.8%) and Midwestern (5.3%). Female participation was above 45% in all regions. Whereas children prevailed in the Northern and Northeastern regions, individuals above 60 years of age prevailed in the South. We identified socio-economic aspects peculiar to the countryside in order to support research focused on this problem, as well as to contribute to government programs aimed at improving this portion of the population.*

Key-words: rural population, agricultural activity, census, Brazil.

Recebido em 09/04/2013. Liberado para publicação em 17/06/2013.